



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12708 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

PROJETO DE PODER EVANGÉLICO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Cristiano Lucas Ferreira - UnB - Universidade de Brasília

PROJETO DE PODER EVANGÉLICO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Resumo

O objetivo da pesquisa em andamento é identificar como os princípios teológicos pentecostais se materializam em proposições legislativas educacionais apresentadas durante a 55ª e 56ª legislaturas (2015-2022) no Congresso Nacional. Trata-se de uma pesquisa documental, qualitativa, amparada no materialismo histórico-dialético e que utiliza a Análise de Conteúdo como metodologia para interpretação das proposições. Os dados preliminares apontam que o interesse da bancada evangélica no campo das políticas educacionais concentra-se no enfrentamento à violência escolar, na defesa do homeschooling, no questionamento à liberdade de cátedra, na inclusão de disciplinas morais e de cunho nacionalista, no combate à doutrinação marxista, e à “ideologia de gênero”. Tais proposições, se aprovadas podem modificar o processo de inclusão e democratização da educação brasileira.

Palavras-chave: Projeto de Poder - Bancada Evangélica – Políticas Educacionais

Introdução

Empoderados pela exitosa campanha que impediu o MEC de efetivar as ações do Programa Escola Sem Homofobia em 2011 (Vital; Lopes, 2013) e por conseguirem excluir e/ou modificar propostas que tratavam das questões de gênero e de sexualidade no Plano Nacional de Educação - PNE em 2014 (Coelho; Dias, 2020) e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, em 2017 (Mendonça, 2018) parlamentares evangélicos tornaram-se um dos principais grupos atuantes na proposição e definição de políticas educacionais.

O avanço das igrejas evangélicas na política institucional trouxe uma nova roupagem para a já conhecida relação entre Estado e religião no Brasil, cuja legitimidade reside no fato de se afirmarem como representantes de Deus nos espaços de poder (Freston,1993). Por isso, parte das lideranças e de parlamentares evangélicos, passaram a idealizar a construção de um projeto de poder cujo lastro se fundamenta na ideia de maioria moral cristã (Cowan, 2021) no processo de transição religiosa que fará da religião evangélica a maioria no Brasil já na próxima década (Alves *et. al* 2017) e no pretense controle eleitoral dos fiéis.

Para Guadalupe e Carranza (2020), a base teológica que subsidia essa aspiração ao poder político tem sua referência na Teologia do Domínio, na Teologia da Prosperidade e na Teologia da Guerra Espiritual. Nesse sentido, a atividade política evangélica tem se fundamentado na defesa da família tradicional, da moral religiosa cristã e dos valores tradicionais. Mas como passaram a se articular com outros grupos conservadores do Congresso Nacional e por liderarem a direita cristã brasileira, incluíram a defesa de políticas favoráveis ao armamento da população, às políticas judiciais e policiais repressivas e à meritocracia. Com isso, tornaram-se contrários às políticas de direitos humanos, especialmente das minorias sexuais, extrapolando os limites do campo da moralidade religiosa. Isso significa dizer que parlamentares e lideranças evangélicas passaram a defender um projeto de sociedade que é conservador nos costumes, e ultraliberal na economia (Rêses; Pinel, 2021).

A concretização do projeto de poder evangélico, entendido nesse trabalho como o movimento de ocupação de espaços políticos nos três poderes e na proposição de políticas públicas atravessadas por princípios religiosos, passa necessariamente pela educação. Isso porque, além de possuírem uma expressiva rede de ensino, a bancada evangélica atua na contestação e/ou defesa de políticas que envolvem as áreas de currículo, formação docente, liberdade de cátedra, ensino domiciliar, livros didáticos, enfretamento à violência e consumo de drogas nas escolas, entre outras.

Marcas da bancada evangélica na proposição de políticas educacionais.

Apesar do discurso moral utilizado para combater a “ideologia de gênero” nas escolas ser o mais conhecido, o projeto de educação da bancada evangélica, expresso no “Manifesto à Nação” (2018) além de reafirmar a necessidade de “libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia e repassar às famílias o direito à educação sexual de suas crianças e adolescentes” vai além disso, acusando as instituições educacionais (principalmente as públicas) de terem se tornado “instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários”.

Como contraponto defendem: i) a meritocracia como base do sistema educacional; ii)

a revisão dos gastos por aluno e auditoria em programas de acesso ao ensino superior; iii) a desburocratização das políticas, mas sem abrir mão do controle e fiscalização; iv) tornar obrigatória a docência em classes de alfabetização de jovens e adultos por estudantes de graduação e pós-graduação pelo período de um semestre, como forma de recompensar os investimentos federais; v) inclusão da Educação Moral e Cívica como conteúdo transversal; vi) estímulo ao patriotismo e ao nacionalismo nos espaços escolares.

Metodologia

Foram selecionados Projetos de Lei, Projetos de Lei do Senado, Projetos de Lei Complementar, Propostas de Emenda Constitucional e Projetos de Decreto Legislativo apresentados pela bancada evangélica, por serem textos “pré-jurídicos”, que ainda não se constituem como dispositivos legais dentro do ordenamento jurídico brasileiro e nem se constituem efetivamente como políticas públicas, mas representam os interesses de quem as propõem. Para fazer parte do escopo da pesquisa, essas proposições deveriam necessariamente tramitar na Comissão de Educação da Câmara e do Senado e estar relacionadas com os princípios defendidos pela bancada evangélica expressos tanto em seu Estatuto (2015) como no Manifesto à Nação (2018).

Para interpretar as proposições em questões, definiu-se como metodologia a Análise de Conteúdo a partir de Krippendorff (2018) a partir de três etapas fundamentais: na primeira, identifica-se o problema e estabelece-se as questões norteadoras da pesquisa; na segunda, seleciona-se as unidades e subunidades de análise, cria-se e define-se as categorias e realiza-se o pré-teste das categorias, o teste de confiabilidade inicial e a categorização propriamente dita; na terceira etapa, organiza-se a tabulação e aplica-se procedimentos estatísticos, interpreta-se e reporta-se os resultados e estabelece-se ações de validação e replicabilidade.

Primeiros resultados

Inicialmente, foram identificadas 535 proposições e a partir dos critérios adotados, foram selecionadas 154 proposições que puderam preliminarmente ser agrupadas nos seguintes grupos: a) Ideologia de Gênero; b) Doutrinação marxista; c) Enfrentamento à violência; d) nacionalismo; e) acesso à universidade; f) homeschooling; g) gestão democrática; h) assistência religiosa nas instituições de ensino; i) inclusão de disciplinas no currículo; j) financiamento da educação; k) bolsonarização da educação l) ensino religioso nas escolas.

Com a premissa de que a influência maligna de Satanás está presente em todas as áreas da vida humana, lideranças e parlamentares evangélicos enxergam sua entrada no mundo da política como forma de combater as forças do Mal. Com essa argumentação

teológica, a atuação política desse segmento religioso no campo da educação, fundamenta-se (mas não apenas), naquilo que afirmam ser a defesa e a propagação de valores morais de tradição cristã. Dessa forma, propõem projetos contrários a temas reconhecidamente sensíveis que mesmo sendo difíceis de serem aprovados, são protocolados para manterem seus fiéis mobilizados nesta guerra religiosa, utilizando o pânico moral como estratégia política.

Considerações Finais

As proposições legislativas analisadas permitem identificar as áreas de interesse da bancada evangélica e revelam o que pensam e quais as estratégias utilizadas para fundamentar seu projeto de poder a partir das políticas educacionais. Em decorrência da formação do Congresso Nacional que emergiu após as eleições de 2022, a consolidação desse projeto de poder, via políticas educacionais, poderá não encontrar obstáculos significativos para ser consolidado. Dessa forma, essas proposições podem deixar o campo da especulação e da estratégia de mobilização da base conservadora para se tornar políticas educacionais excludentes e antidemocráticas.

Referências bibliográficas

- ALVES, José E.; CAVENAGUI, Suzana; BARROS, Luís F; CARVALHO, Angelita A. **Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil**. Tempo Social, v. 29, n. 2, 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Frente Parlamentar Evangélica**. Brasília, 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Manifesto à nação: O Brasil para os brasileiros**. Brasília. 2018.
- COELHO, Fernanda M. F.; DIAS, Tainah B. **A defesa da família no debate do Plano Nacional de Educação (PNE): os evangélicos e a demonização do gênero**. Mandrágora, v.26, n. 1, 2020.
- COWAN, Benjamin A. **Moral Majorities across the Americas. Brazil, the United States, and the creation of religious right**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.
- FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. Campinas: Unicamp, 1993.
- GUADALUPE, José L.P; CARRANZA, Brenda. (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- KRIPPENDORF, Klaus. **Content Analysis. An Introduction to its methodology**. 4ª edição. Londres: Sage, 2018
- MENDONÇA, Amanda. **Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação**. Niterói: UFF, 2018.

PINEL, Wallace R.; RÊSES, Erlando S. O crescimento do discurso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil. **Interfaces da Educação**. v.12, n. 34, 2021.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo V. L. **Religião e Política. Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & ISER, 2013.